



Brasil

A projeção de crescimento do PIB real para 2024 e 2025 é de 1,9% e 2,1%, respectivamente. Apoiadas pelo crescimento sólido da oferta de empregos, pelos aumentos no valor do salário mínimo e pela inflação em queda, estima-se que as despesas domésticas sejam o principal fator de crescimento, principalmente em 2024. Apesar da recuperação recente, ainda persiste a incerteza no ambiente externo e esse fator fará com que o investimento privado seja discreto durante o ano de 2024. A inflação, que apresentou queda contínua ao longo de 2023, projeta-se que continue a sua aproximação da meta em 2024 e 2025.

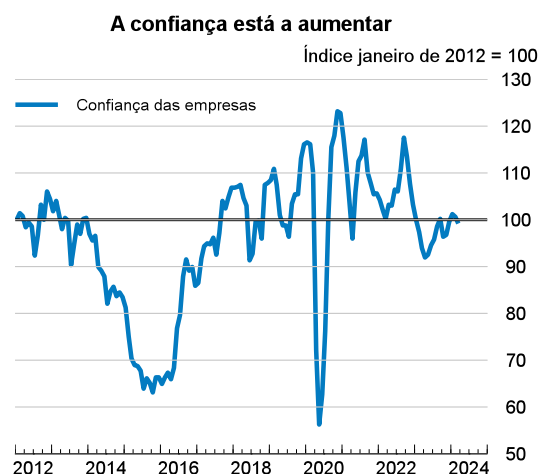
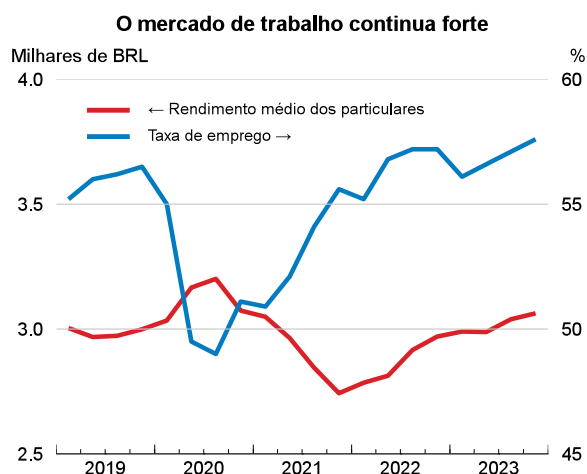
Espera-se que a flexibilização da política monetária continue ao longo de 2024, em um contexto de queda da inflação. A política fiscal continua expansionista, mas espera-se uma consolidação fiscal em 2024 para cumprir com a meta primária exigida pelo novo marco fiscal. A reforma recém-aprovada do IVA pode impulsionar a produtividade das empresas e o crescimento potencial. Além disso, a implementação planejada de um mercado de carbono nacional pode desempenhar um papel fundamental na redução do desmatamento, inclusive no bioma Cerrado, que abriga 45% da agricultura e pecuária brasileira. A ampliação do acesso à educação na primeira infância facilitaria a participação das mulheres no mercado de trabalho e reduziria as desigualdades de gênero.

A atividade econômica se recupera lentamente

A economia registrou uma desaceleração significativa no segundo semestre de 2023, em comparação com o crescimento robusto no início do ano. Os principais indicadores apontam uma recuperação gradual no primeiro semestre de 2024. As vendas no varejo se recuperaram de forma significativa em janeiro e fevereiro, influenciado pela inflação mais baixa e por melhorias nos mercados de crédito e de trabalho. O setor de serviços registrou um crescimento significativo em janeiro, motivado pelos pagamentos de precatórios por parte do governo, mas foi influenciado negativamente pelo setor de transportes em fevereiro. A produção industrial caiu em janeiro e fevereiro e ainda está abaixo dos níveis pré-pandêmicos. A produção agrícola deve diminuir 2,8% em comparação com um ano de 2023 excepcionalmente sólido, devido ao excesso de chuvas no Sul do país e aos períodos de seca com altas temperaturas no Norte e Centro-Oeste. Apesar disso, o mercado de trabalho permanece robusto, com a taxa de desemprego em 7,6% em fevereiro, abaixo dos quase 15% de meados de 2021, ao passo que o emprego e a folha de pagamento estão em crescimento.



Brasil 1



Fonte: IBGE; e CEIC.

Brasil: demanda, produção e preços

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Brasil	Preços correntes, em BRL bilhões	Variação percentual, volume (preços de 2000)				
PIB a preços de mercado	7 609.6	5.1	3.1	2.9	1.9	2.1
Consumo privado	4 805.0	3.0	4.1	3.1	2.3	2.2
Consumo das administrações públicas	1 532.2	4.2	2.1	1.7	2.5	1.5
Formação bruta de capital fixo	1 260.2	13.0	1.0	-2.9	0.7	1.6
Procura interna final	7 597.4	4.9	3.2	1.8	2.0	2.0
Constituição de existências ¹	- 33.9	2.0	-0.9	-0.8	-0.7	0.0
Procura interna total	7 563.6	6.8	2.2	0.9	1.4	2.0
Exportação de bens e serviços	1 252.0	5.0	6.2	9.1	4.6	3.5
Importação de bens e serviços	1 206.0	13.8	0.7	-1.1	1.8	2.5
Exportações líquidas ¹	46.0	-1.4	1.0	2.0	0.5	0.2
<i>Por memória</i>						
Deflator do PIB	—	12.7	8.5	4.7	5.4	4.3
Índice de preços ao consumidor	—	8.3	9.3	4.6	4.0	3.3
Deflator do consumo privado	—	11.8	10.4	4.9	5.0	4.5
Saldo financeiro das administrações públicas (% do PIB)	—	-4.5	-4.5	-8.7	-6.4	-6.1
Saldo da balança corrente (% do PIB)	—	-2.8	-2.5	-1.3	-1.5	-1.4

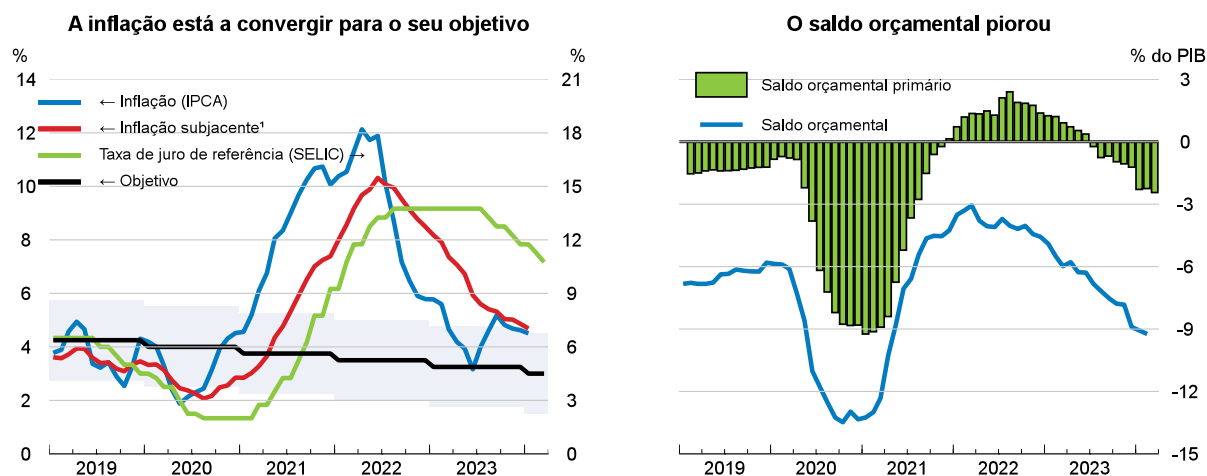
1. Contribuição para variações no PIB real, valor atual na primeira coluna.

Fonte: Base de dados Perspectivas Económicas da OCDE, n° 115.

A inflação fechou em 3,9% no mês de março, abaixo da taxa de 4,5% em janeiro. A inflação desacelerou principalmente no setor de moradia, mobília e, especialmente, na educação. Os aumentos dos preços dos alimentos, bebidas e transporte estão diminuindo, após a pressão que eventos climáticos impuseram aos preços dos alimentos e bebidas no final de 2023. A tendência geral indica uma provável nova queda da inflação ao longo deste ano. A inflação subjacente apresentou queda, fechando em 4,3% no mês de março, abaixo da taxa de 5,1% de janeiro.



Brasil 2



1. A inflação subjacente exclui energia e produtos alimentares. A área sombreada corresponde à faixa de tolerância da inflação.
Fonte: Base de dados das Projeções Económicas da OCDE 115; e Banco Central do Brasil.

A política fiscal precisa de esforço para cumprir as metas de consolidação

Com a diminuição contínua da inflação, o Banco Central flexibilizou a política monetária e baixou a taxa básica de juros de 13,75% em julho de 2023 para 10,75% em março de 2024. À medida que a inflação continua a cair, esperam-se mais reduções à taxa básica de juros: para 8,75% até ao final de 2024 e 8,25% até ao segundo semestre de 2025. No entanto, o ritmo desses cortes pode ser impactado por fatores externos e derrapagem fiscal, afetando a dinâmica da taxa de câmbio e da inflação.

A política fiscal expandiu-se em 2023, levando a uma diminuição do saldo primário, partindo de um excedente de 0,5% do PIB em 2022 para um déficit de 2,1% do PIB em 2023. O novo marco fiscal exige um saldo primário equilibrado em 2024. A incerteza quanto ao valor das receitas geradas pelas medidas fiscais implementadas recentemente e as pressões sobre os gastos com saúde e educação podem gerar insegurança sobre a capacidade de cumprir a meta fiscal para 2024. A dívida pública bruta deverá aumentar ligeiramente, uma vez que até mesmo um orçamento primário equilibrado não conseguiria estabilizar o nível atual da dívida de 75% do PIB.

O crescimento vai acelerar

O crescimento aumentará para 1,9% em 2024 e 2,1% em 2025, tendo a demanda interna como fator principal. Espera-se que o investimento melhore à medida que as condições financeiras são flexibilizadas e a confiança das empresas se fortalece. O consumo doméstico deve continuar forte, apoiado pelo aumento do valor das folhas de pagamento e pela política reforçada de criação de empregos. Do lado da oferta, a produção agrícola deverá ficar abaixo do valor da safra recorde do ano passado, em um contexto de condições climáticas menos favoráveis. A inflação, que atingiu uma média de 4,6% em 2023, deverá diminuir para 4,0% em 2024 e 3,3% em 2025, convergindo para a meta de 3% em 2025. Com a diminuição de alguns fatores temporários da inflação, também é esperada a diminuição do ritmo da deflação, porém, podem ocorrer aumentos temporários da inflação, por exemplo devido a acontecimentos no setor agricultura que poderiam afetar o preço dos alimentos e das bebidas.



Os riscos econômicos estão inclinados para o lado negativo. As tensões geopolíticas e o crescimento mais lento na China, um importante parceiro comercial do Brasil, poderão diminuir a demanda externa. Um resultado fiscal menos favorável poderá aumentar as pressões inflacionárias e atrasar novas reduções na taxa básica de juros, restringindo assim o investimento e o consumo. Por outro lado, a implementação bem-sucedida da reforma fiscal poderia aumentar a confiança e estimular a atividade econômica.

A consolidação fiscal é necessária para recuperar a confiança

A solução para recuperar a confiança nas finanças públicas é o cumprimento da meta do saldo primário e a implementação do novo marco fiscal. O novo imposto sobre o valor agregado (IVA) adotado em dezembro simplificará a tributação de bens e serviços, reduzirá os custos de cumprimento fiscal das empresas e contribuirá para a recuperação da confiança, além de reduzir o custo da cesta básica para as famílias de baixa renda. Reformas fiscais mais amplas ajudariam a criar mais espaço fiscal e melhorar a sustentabilidade da dívida. Do ponto de vista dos gastos, uma reforma das regras de gastos automáticos poderia proporcionar mais flexibilidade à política fiscal para o avanço das prioridades políticas. Do ponto de vista das receitas, a progressividade do imposto de renda poderia ser reforçada limitando a dedutibilidade das despesas com saúde e educação e reduzindo as brechas fiscais. O aumento do acesso à educação na primeira infância, principalmente por famílias de baixa renda e famílias monoparentais, pode promover a igualdade de oportunidades e facilitar uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Da mesma forma, a realocação das despesas com o mercado de trabalho para a formação de alta qualidade, alinhada às exigências do mercado de trabalho, melhoraria a adequação da mão-de-obra. O acesso aos mercados estrangeiros e uma integração mais profunda nas cadeias globais de valor poderiam ser facilitados pela redução das barreiras comerciais. As taxas de importação e as barreiras não tarifárias, incluindo as regulamentações de conteúdo local, poderiam ser reduzidas ainda mais. Resolver os gargalos da infraestrutura em transportes, água e saneamento melhoraria a competitividade das empresas brasileiras e o acesso a serviços básicos para uma parcela maior da população. Uma aplicação mais rigorosa das leis de proteção ambiental, incluindo o Código Florestal Brasileiro, será primordial para combater o desmatamento. Condicionar o crédito agrícola subsidiado à aplicação de práticas de baixo carbono poderia ajudar a combater o desmatamento e reduzir as emissões.